

Direito Administrativo I
2º ano turma B
Ano lectivo de 2008-2009
Teste de frequência - 13-1-2009

Grelha de correcção

I – 10 valores, assim distribuídos:

- Princípio da legalidade obriga a UL a cumprir a Lei da AR. Caracterizar as 2 pessoas colectivas: Estado (Governo, MCES) e UL (Adm. Indirecta do Estado, estalecimento público) – **2 valores**

- Pode-se admitir 2 hipóteses: ou o DGES actua invocando competência própria e, nesse caso, é incompetente em razão da matéria porque a Lei atribui expressamente, no caso, competência ao Ministro; ou a competência foi nele delegada pelo Ministro. Parece ter sido este o caso em face da redacção da parte final do primeiro parágrafo do enunciado. Nessa hipótese, o acto do DGES é inválido enquanto não houve acto de delegação, ineficaz enquanto não houve publicação da delegação (confirmada pelo facto de o Reitor ter mostrado que não a conhecia) e ineficaz ou irregular (há as duas opiniões) enquanto não houve menção da delegação no Despacho do DGES – **3 valores**.

- A Lei da AR reconhece tutela ao MES sobre a UL (primeiro parágrafo do enunciado). De facto, o Estado (MCES ou DGES) tem o poder de superintendência sobre a UL. Esse poder inclui a faculdade de dirigir instruções e directivas sobre a gestão da UL e de lhe aplicar sanções (tutela sancionatória). Foi o que disse o DGES no seu Despacho. É só nesse sentido que se pode interpretar a “obediência” e não no sentido de dever de obediência hierárquica. O Reitor não tem, portanto, razão na sua resposta – **4 valores**.

- Cabe discutir, fundamentadamente, se o PM tem ou não competência (que só poderá ser hierárquica) sobre o DGES para poder revogar o Despacho do DGES. A promessa do Reitor quanto a 20 de Janeiro é irrelevante para o Direito Administrativo porque não apaga a violação da Lei por desrespeito do prazo – **1 valor**.

II

a) Tribunal de Contas: órgão do Estado, da Administração Central, de vocação geral, com competência de controlo, embora com competência tripartida: fiscalização prévia pelo visto, competência consultiva e competência jurisdicional (e só nesta última medida é um tribunal), regido só pelo Direito Público; Metro, E.P.E.: pessoa colectiva, de Direito Público, da Administração indirecta do Estado, de tipo empresarial, com regime jurídico parcial de Direito Privado – **2 valores**;

b) Autoridade administrativa independente: não está sujeita a qualquer supervisão do Estado (nem hierarquia, nem tutela, nem superintendência); órgão com competência exclusiva: o superior hierárquico pode revogar o acto (artº 174º, nº1, parte final, do CPA, embora em aparente contradição com artº 142º, nº1, parte final, do mesmo CPA), ou, ao

menos, pode dar ao titular do órgão com competência exclusiva uma ordem para a revogação do acto por este praticado (posição da doutrina, p. ex., Freitas do Amaral) – **2 valores**;

c) Indicar as razões pelas quais a região é um instrumento de descentralização. Mas, além disso, para a CRP, ela também é um instrumento de desconcentração administrativa (artº 257º, primeira parte, da CRP) – **2 valores**;

d) Duas posições defensáveis, com a respectiva fundamentação: ou se entende como a maior parte da doutrina (p. ex., Freitas do Amaral e aulas da disciplina), que são dois órgãos separados do município; ou se entende que se aplica à matéria o artº 250º da CRP e que este deve ser interpretado como querendo dizer que o Presidente não é órgão autónomo em relação à Câmara e, portanto, é apenas um membro do órgão colegial Câmara Municipal. Em qualquer caso, deixar claro que a relação entre os dois não é nem de hierarquia, nem de superintendência, nem de tutela. A Câmara Municipal pode delegar poderes no Presidente – **2 valores**.

Redacção e apresentação:

Redacção sem erros de ortografia e de sintaxe; apresentação com letra legível e clareza de leitura – **2 valores**.